



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: nº 9.546/2008 (c).
Apenso: nº 220.000.561/2001 (02 volumes)
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do distrito Federal– SEL/DF.
Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE.
Ementa: Tomada de Contas Especial - TCE instaurada para apurar responsabilidade por irregularidades envolvendo a aplicação de recursos repassados, no exercício de 2002, pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal à Federação Brasiliense de Atletismo, a título de apoio financeiro, para a realização da “*Maratona de Brasília de 2001*”.

. Chamamento ao feito. Alegações de defesa. Insuficiência dos orçamentos para afastar a responsabilidade quanto às impropriedades verificadas no repasse de recursos públicos à Federação Brasiliense de Atletismo. Aplicação de multa (Decisão nº 3.710/2016 e Acórdão nº 505/2016 – fls. 407 e 408). Recurso (fls. 423/435). Conhecimento (Decisão nº 5.500/2016 – fl. 444). Exame de mérito.

. Proposta da Unidade Técnica no sentido de que o Tribunal negue provimento aos recursos (fls. 448/458).

. Parecer do Ministério Público de Contas em linha de convergência com o entendimento da Unidade Técnica (fls. 459/465).

. **VOTO:** em linha de convergência com a Unidade Técnica e o *Parquet*. Improvimento do recurso manejado em face do comando expresso no item III, alínea “b”, da Decisão nº 3.710/2016 e do Acórdão nº 505/2016. Ciência da decisão aos recorrentes. Devolução do feito à SECONT.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de **Tomada de Contas Especial – TCE** instaurada para apurar responsabilidade por irregularidades envolvendo a aplicação de recursos repassados, no exercício de 2002, pela Secretaria de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal à Federação Brasileira de Atletismo, a título de apoio financeiro, para a realização da “Maratona de Brasília de 2001”.

Ao apreciar o feito na Sessão Ordinária de 21 de julho de 2016, este Tribunal, por maioria, acolhendo voto do eminente Conselheiro **INÁCIO MAGALHÃES FILHO**, revisor do processo naquela oportunidade, deliberou nos termos da Decisão nº 3.710/2016 (fl. 407), de cujo teor destaco o disposto no item III, alínea “b”, *in verbis*:

“O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, fundamentado em sua declaração de voto, elaborada nos termos do art. 71 do RI/TCDF, decidiu:

(...):

III – julgar:

(...)

b) nos termos do art. 17, inciso III e do art. 20 da LC nº 01/1994, irregulares as contas da dos Srs. Marco Aurélio da Costa Guedes e Agrício Braga Filho, em face das falhas e impropriedades verificadas na condução do procedimento de repasse de recursos financeiros objeto da TCE nº 220.000.561/2001, sem observar os requisitos exigidos para conferir legalidade e legitimidade à transferência realizada, bem como pela omissão na fiscalização da boa e regular prestação de contas dos recursos repassados, aplicando-lhes, nos termos do art. 57, inciso II, da LC nº 01/1994, multa no valor individual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e notificando-lhes para que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovem o regular recolhimento”.

Inconformados com a penalidade que lhes foi imposta nos termos dessa deliberação plenária e do Acórdão nº 505/2016 dela decorrente, os Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO**, conjuntamente, interuseram recurso (fls. 423/435).

Esse apelo restou conhecido pela Corte, conforme expresso na Decisão nº 5.500/2016 (fls. 444).

Na peça recursal, os Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO**, inicialmente, aduzem que a Comissão



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Tomadora de Contas Especial não lhes imputou responsabilidade por prejuízos causados à Administração Pública.

Afirmam os recorrentes que a atuação à frente da **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF**, à época dos fatos, foi prejudicada pela existência de enorme fragilidade estrutural naquele órgão. Consignam que esse fato foi inclusive reconhecido nos Processos nºs 1.041/2003 e 1.043/2003 deste Tribunal pelo eminente Conselheiro **PAIVA MARTINS**, o que deve servir de atenuante às irregularidades aqui em comento.

Alegam que os recursos repassados à **Federação Brasileira de Atletismo** estavam contemplados no orçamento anual da **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF** e que tal repasse operou-se consoante praxe da Secretaria seguida desde 1989, sendo que a regulamentação dos procedimentos somente ocorreu por meio da Portaria nº 19/2003, por eles elaborada, o que afasta a hipótese de má-fé no presente caso. Ademais, assinalam que o evento alvo do repasse atingiu as finalidades daquela Secretaria.

Sustentam os aludidos recorrentes que era inexigível licitação para esse tipo de repasse de recurso público, porque caracterizada a hipótese de patrocínio ou fomento a entidade desportiva para a promoção do esporte.

Assinalam, neste contexto, que simples falhas ou deficiência na observância de formalidade não pode conduzir à penalização contra a qual se insurgem, até porque, dizem os recorrentes, alguma formalidade existiu e que davam publicidade aos procedimentos de inexigibilidade de licitação.

Citam diversos processos deste Tribunal nos quais foram examinados repasses de recursos feitos a federações esportivas pela **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF**. Afirmam que em todos eles se julgou pela aprovação dos repasses e pela regularidade das contas sem aplicação de multa. Amparam-se, então, nos precedentes que trazem à colação para, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, requerer a revogação da deliberação plenária recorrida ou a redução da multa imputada.

Reconhecem que os normativos que regem as finanças, a contabilidade e as contratações públicas estabelecem formalidades que os gestores públicos devem observar, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas nesses normativos. Todavia, defendem que a *mens legis* é, primordialmente, a de educar o administrador público para a boa gestão. Para corroborar tal tese, assinalam:

"(...) Tanto assim que a Lei 8.429/92 requer, para a imposição das sanções nela previstas quando a conduta envolva mera inobservância de formalidades



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



normativas, o dolo ou a culpa do agente e a lesividade ao patrimônio público. Onde não se faça presente esse binômio a penalidade se mostra extra legis.

Nesse sentido é que se legitima o pedido, que ora se deduz, de reconsideração da decisão objeto da presente irresignação, reiterando argumentação já apresentada em sede de defesa pelos recorrentes."

Por fim, registram os recorrentes que, caso este Tribunal entenda que a aplicação de multa deva ser mantida, seja a sanção aplicada de uma única vez a todos os processos análogos de repasses de verba pública às Federações Esportivas e não isoladamente em cada processo.

Formulam, ainda, os recorrentes pedido para procederem sustentação oral das alegações que deduzem no recurso em tela.

Nos termos da Informação nº 45/2017 (fls. 448/458), a Secretaria de Contas, após analisar os argumentos manejados pelos recorrentes no apelo em questão, conclui assinalando, *verbis*:

"35. Com relação ao pedido de reconsideração dos Srs. Agrício Braga Filho e Marco Aurélio da Costa Guedes, os argumentos não se mostraram suficientes para afastar as responsabilidades apuradas.

36. Dessa forma, em face das falhas e impropriedades verificadas na condução do procedimento de repasse de recursos financeiros à Federação Brasiliense de Atletismo - FbrA - sem observar os requisitos exigidos para conferir legalidade e legitimidade à transferência realizada, bem como pela omissão na fiscalização da boa e regular aplicação dos repasses e da devida prestação de contas dos mesmos, deve-se negar provimento ao recurso interposto e proceder com a multa capitulada no art. 57, inciso II, da LC nº 01/1994, no valor individual de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme o inciso III, 'b', da Decisão nº 3.710/2016 (fl. 407).

37. Os recorrentes, à fl. 435, solicitaram sustentação oral. Entendemos que não há óbice, sendo o pedido passível de ser concedido. Para tanto, deve ser dado conhecimento aos interessados da data de inclusão deste processo na pauta de julgamento, observada a antecedência mínima de 10 dias exigida no § 2º do art. 136 do RITCDF."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



A Secretaria de Contas sugere, então, ao Tribunal que negue ao provimento do recurso em referência, mantendo íntegros os termos da deliberação plenária recorrida.

A ilustre Procuradora **MÁRCIA FARIAS** opina em linha de convergência com o entendimento da Unidade Técnica. É o que se colhe do seguinte excerto do Parecer 0315/2017-MF (fls. 459/465), *verbis*:

"8. As meras ilações lançadas na peça recursal de forma genérica pretendendo atribuir a essas infrações a pecha de 'falhas formais' não se sustentam.

9. Destaca-se que não se cogitou de dolo ou apropriação pessoal de verbas públicas, ou, como frisado, responsabilidade pelo prejuízo havido, pois, caso fosse, outras seriam as implicações e apenações aplicadas.

10. A multa de R\$ 6.000,00, ressalta-se, corresponde à metade do valor máximo aplicável (art. 182, I, do RI/TCDF vigente à época), não se vislumbrando, portanto, face ao evidenciado, razão para qualquer mitigação.

11. Descabida a pretensão de que seja aplicada multa uma única vez a todos os processos análogos e não isoladamente em cada processo. A despeito de poderem existir processos que tenham por objeto repasses de recursos públicos a entidades diversas, se tratam de casos diversos, com especificidades e particularidades próprias, épocas e exercícios distintos, distinguindo-se os casos concretos uns dos outros.

12. Feitas essas considerações complementares ao entendimento externado pelo órgão técnico, o MPC se alinha às suas conclusões e pugna pelo acolhimento das sugestões por ele alvitradas, transcritas neste parecer."

Nos termos do Despacho Singular nº 179/2017-CRR, deferi o pleito apresentado pelos recorrentes para promoverem sustentação oral das alegações deduzidas no apelo, tendo sido tal direito exercido na Sessão Ordinária de 06 de junho último.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



VOTO

Aprecia-se nesta fase processual o mérito do recurso interposto, conjuntamente, pelos Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO** em face do disposto no item III, alínea "b", da Decisão nº 3.710/2016 e do Acórdão nº 505/2016 (fls. 407/408), nos termos dos quais este Tribunal impôs aos recorrentes multa no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

Antes de examinar as alegações deduzidas nesse recurso e com o propósito de dar mais nitidez aos fatos que conduziram a Corte a aplicar essa penalidade, importa rememorar o motivo por que os recorrentes foram chamados em audiência pela Corte neste processo.

Para esse efeito, reproduzo, inicialmente, o seguinte trecho da Informação nº 82/2014-SECONT/1ª DICONTE (fls. 204/212):

"22. O Relatório produzido pela Comissão Tomadora examinou de maneira minuciosa todo o processo, desde a solicitação dos recursos para a solicitação do evento, até a prestação de contas apresentada.

23. Realmente, a documentação entregue a título de prestação de contas, afora ter sido apresentada com atraso, consiste apenas em recibos firmados por pessoas físicas, desacompanhados de documentos de identificação e CPF dos firmatários desses, sem indicação do recolhimento dos impostos devidos, dificultando ou mesmo impedindo a confirmação de dados e assinaturas. Enfim, a documentação não logrou comprovar a boa e regular aplicação dos recursos repassados, redundando na responsabilização solidária da Federação Brasiliense de Atletismo e do Sr. Firson Almir Nascimento, presidente da entidade à época dos fatos, pelo ressarcimento do total do prejuízo apurado.

24. De igual modo que a Comissão tomadora, concordamos que a liberação dos recursos para a entidade beneficiada foi efetuada em flagrante desrespeito às normas que disciplinavam a matéria, à época, em especial a Lei nº 8.666/93 e o Decreto nº 16.098/94. Frisamos: emissão de nota de empenho sem a apresentação de plano de trabalho previamente aprovado e/ou elementos que evidenciassem o interesse público na realização do evento; ausência de verificação de pendências anteriores da entidade beneficiada; ausência de formalização de ajuste e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



de designação de executor para acompanhar a execução do evento; enfim, não haver restado demonstrado nos autos os critérios objetivos adotados pelos gestores para a liberação da verba pública.

(...)

32. De igual modo, a citação, nos mesmos termos, dos agentes públicos Sra. Rosângela de Lima Ferreira (Diretora de Apoio Operacional/SEL), Sr. Marco Aurélio da Costa Guedes (Chefe de Gabinete/SEL) e Sr. Agrício Braga Filho (Secretário de Estado de Esporte e Lazer) para apresentarem defesa quanto à responsabilidade solidária que lhes pesa nestes autos, ou, se preferirem, recolher, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, o prejuízo apurado, que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001, podendo-lhes ser aplicada, ainda, a multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/1994."

Diante desse quadro descrito pela Unidade Instrutiva na aludida Informação nº 82/2014-SECONT/1ª DICONTE, que sinalizavam violação das disposições dos artigos 38, parágrafo único, 116 da Lei nº 8.666/1993, e dos artigos 13, inciso II, 18, §§ 1º e 12, e 50 do Decreto nº 16.098/1994, conforme a Matriz de Responsabilização de fl. 203, o Tribunal chamou os recorrentes em audiência. Fê-lo nos termos do item III da Decisão nº 3904/2014 (fl. 235), de seguinte teor:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

(...)

III - determinar, também, nos mesmos termos, a citação dos nomeados no parágrafo 32 da Informação nº 82/2014 - SECONT/1ª DICONTE para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa quanto às irregularidades apontadas nos autos, conforme a Matriz de Responsabilização de fl. 203, ou, se preferirem, recolher, desde logo, aos cofres do Distrito Federal, o valor total do prejuízo apurado nos autos, R\$ 75.015,58, consoante o demonstrativo de fl. 201, que deverá ser atualizado na data da efetiva quitação do débito, nos termos da Lei Complementar nº 435/01, podendo-lhes ser aplicada, ainda, a multa prevista no art. 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/94"



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



A base fática considerada por este Tribunal para o chamamento dos ora recorrentes a este processo diz respeito à ocorrência de impropriedades verificadas na condução do procedimento de repasse de recursos financeiros, no exercício de 2002, da **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF à Federação Brasiliense de Atletismo** para a realização da “*Maratona de Brasília de 2001*”, consistente na:

- 1) *Liberação e autorização de repasse dos recursos à FBrA sem prévia aprovação do Plano de Trabalho;*
- 2) *ausência de verificação de pendências anteriores da entidade beneficiada;*
- 3) *ausência de Parecer da Procuradoria Geral do DF e de formalização do ajuste, bem como designação de seu executor técnico para acompanhamento, possibilitando a formação do prejuízo apurado;*

As razões de justificativas apresentadas pelos ora recorrentes foram rejeitadas pela Corte, que lhes aplicou a penalidade de multa na forma do disposto no item III, alínea “b”, da Decisão nº 3.710/2016 e no Acórdão nº 505/2016 (fls. 407/408).

Ao examinar as alegações deduzidas nos recursos manejados pelos Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO** em face desse *decisum*, nelas não descortino elementos que infirmam a base fática que conduziu o Tribunal a lhes impor a sanção de multa. Ao revés, ressaí dos recursos reconhecimento de que as apontadas impropriedades, conforme descrito no chamamento, de fato ocorreram. Eis o que delas consta:

“Desta feita, o descontrole administrativo, que é de responsabilidade do Estado como um todo deve ser visto, nesta Corte, como uma destacada atenuante das falhas vistas nos autos.

Assim, não há que se estabelecer multas e da mesma forma julgar irregulares as contas desses recorrentes, porque o evento, a despeito das falhas, foi realizado a contento, atingindo, assim, as finalidades precípuas do órgão.

As falhas apontadas, pela Comissão de Tomada de Contas Especial, comprovadas pela unidade Técnica desse Tribunal não alteram essa convicção, porque as falhas na prestação de contas, são de responsabilidade da Federação Brasiliense de Atletismo, entidade elaboradora da prestação de contas e, assim, responsável pela juntada dos documentos comprobatórios de despesas.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Assim, revela-se incontroversa a ocorrência das falhas administrativas que deram causa à sanção imposta aos recorrentes e contra a qual se insurgem nesta fase processual.

Os recorrentes afirmam que essas falhas, além de derivarem do descontrole administrativo, resultado da fragilidade estrutural da **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF**, não possuem potencial para atrair a penalidade que lhes foi cominada.

Essa alegação dos recorrentes não merece acolhida.

Noticiam os autos que a então **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer** emitiu a Nota de Empenho nº 2001NE00620, datada de 21/12/2001, com o objetivo de transferir à Federação Brasiliense de Atletismo, a título de apoio financeiro, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para a realização da “*Maratona de Brasília 2001*”. A efetiva transferência desse recurso público àquela entidade deu-se em 03/01/2002. Ocorre que tal evento esportivo aconteceu em 25/11/2001.

Portanto, a emissão da aludida Nota de Empenho e a liberação do correspondente recurso deram-se em data posterior à daquele evento esportivo.

Ora, a regra do artigo 42 do Decreto local nº 16.098/1994, à época em vigor, vedava a realização de despesa sem emissão prévia de Nota de Empenho. No caso dos autos, a despesa alvo do empenho da verba pública foi implementada antecipadamente. Houve, pois, inversão da ordem procedimental prevista nesse diploma legal para a realização de despesa custeada, no todo ou em parte, com verba oriunda dos cofres públicos distritais. Com efeito, restou vulnerada a vedação legal.

O fato de tais recursos estarem contemplados no orçamento anual daquela Secretaria, como argumentam os recorrentes, não elide a verificada violação aos procedimentos estabelecidos naquele Decreto.

Ademais, esse repasse intempestivo de verba pública efetivou-se apenas com respaldo na referida Nota de Empenho. Não houve celebração do pertinente ajuste e nem designação do respectivo executor, contrariando, conforme sinalizado nos autos, a diretriz que se extrai dos artigos 9º e 13, II, do Decreto nº 16.098/1994, determinando a designação de executor para todos os ajustes.

Daí por que se me revela procedente o seguinte registro feito pela Unidade Instrutiva na Informação nº 45/2017-SECONT/2ª DICONTE (fls. 448/458), *in verbis*:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



"23. Nesse contexto, cumpre consignar que a liberação dos recursos para a entidade beneficiada, por sua vez, foi efetuada em flagrante desrespeito aos princípios e normas que disciplinavam a matéria à época, **em especial ao princípio do interesse público, à Lei nº 8.666/93 e ao Decreto nº 16.098/94**, já que houve realização de despesa sem prévio empenho, emissão de nota de empenho e respectiva liberação de recursos sem a devida aprovação do plano de trabalho e posterior ao evento, e/ou ausência de elementos que evidenciassem o interesse público, bem como ausência de formalização de ajuste e de designação de executor.

24. Ainda, o Decreto n.º 16.098/1994 disciplinava, à época, toda a execução financeira, orçamentária e contábil, no âmbito do GDF. Também, a Lei n.º 8.666/1993 determina, no art. 62, que o ajuste deva ser formalizado mediante instrumento legal e no art. 67 prescreve que a Administração deve indicar um servidor para acompanhar o ajuste firmado. Afora isso, o art. 26 dessa lei estabelece que a inexigibilidade tem de ser necessariamente justificada."

Por isso e porque a ninguém é dado alegar o desconhecimento da lei para se furtar ao seu cumprimento, deve ser rechaçado o argumento dos recorrentes que atribui à fragilidade estrutural da então **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal** a verificada inobservância dos citados normativos legais.

Os recorrentes mencionam diversos precedentes deste Tribunal (fls. 432/434) nos quais foram examinados repasses de recursos feitos a federações esportivas pela **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal – SEL/DF**. Consignam que em todos eles se julgou pela aprovação dos repasses e pela regularidade das contas sem aplicação de multa. Escorando-se nesses precedentes, os recorrentes pleiteiam, então, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, o afastamento da sanção que lhes foi imposta neste processo.

Na Informação nº 45/2017-SECONT/2ªDICONTE (fls. 448/458), a Unidade Instrutiva, após se reportar aos casos tratados nos autos dos Processos nºs 1.041/2003, 1.042/2003, 1.047/2003 e 271/2004, assim se expressou:

"27. Ademais, cada feito é independente, sem efeito vinculante para as outras deliberações, pois o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



egrégio Plenário aprecia toda e qualquer matéria de acordo com as provas colhidas e constantes dos respectivos autos. Dessa forma, tais precedentes não têm o condão de elidir as responsabilidades dos recorrentes no presente caso. Pelo contrário, apenas demonstram que não havia o devido cuidado por parte daqueles gestores em agir preservando a legalidade, na busca do resguardo do interesse público."

Em recurso que manejaram em face da Decisão nº 1.862/2016, adotada nos autos do processo nº 7.653/2007, no qual este Tribunal também lhes impôs multa, os ora recorrentes trouxeram à colação o mesmo rol de precedentes desta Corte que apresentam no recurso cujo mérito aqui se examina.

Naquele processo, que teve como contexto de apuração repasse de recurso público feito pela então **Secretaria de Estado de Esporte e Lazer** à Federação Brasileira de Atletismo após a realização da "**Meia Maratona de Brasília**" de 2002, esses precedentes, além de outros que dizem respeito ao tema versado no recurso em tela, foram examinados pela 3ª DICONTE. Pela judiciosa análise que conferiu a tal ponto das alegações recursais, aduzido tanto naquele caso quanto neste, incorporo aos fundamentos deste voto as considerações expendidas por aquela Unidade Técnica da Corte na Informação nº 308/2016, lançada nos autos do processo nº 7.653/2007, *in verbis*:

"Argumento

5.28. O Sr. MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES e o Sr. AGRÍCIO BRAGA FILHO (fl. 475/477) e o Sr. MARCELO FAGUNDES DOMINGUES (fl. 499/500) alegaram que este Tribunal isentou os titulares da SEL da responsabilidade solidária ou de aplicação de multa, sendo eles: 1.041/03, 1.042/03, 1.047/03, 271/04, 2.115/04, 28.267/06, 6.571/08, 770/07, 14.406/07, 14.368/07, 27.906/09, 11.245/07, 8.817/08, 3.250/09, 16.802/08, 9.613/07, 7.602/07, 27.922/09, 7.645/07, 9.325/08, 15.815/06, 27.892/09, 27.747/10 e 31.442/10.

Análise

5.28.1. Quanto ao Processo nº 1.041/03, este Tribunal, por meio da Decisão nº 504/2005, deliberou por citar os responsáveis pelos possíveis prejuízos identificados naquela TCE. Posteriormente, mediante Decisão nº 6.159/06, decidiu por encerrar a TCE, tendo em vista a verificação de ausência de prejuízo. Não houve questionamento sobre o descumprimento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



princípios e normas que disciplinavam a matéria. Desta forma, o desfecho alcançado naquele feito não deve repercutir nesta TCE.

5.28.2. Com relação aos Processos nº 1.042/03, 1.047/03, 271/04, 6.571/08, 27.906/09, 11.245/07, 8.817/08, 9.613/07, 9.325/08 e 27.892/09, os fatos apontados no § anterior são semelhantes aos ocorridos no feito em questão, havendo diferença apenas nos números das decisões que autorizaram a citação dos responsáveis (Decisões nºs 5.196/04, 336/05, 5.111/05, 1.733/12, 3.731/12, 5.733/12, 2.982/13, 3.015/12, 5.032/13 e 283/15, respectivamente) e que encerraram a TCE ou a julgaram regular (Decisões nºs 6.415/06, 6.944/06, 5.768/06, 2.981/13, 1.559/14, 1.708/14, 4.720/14, 981/15, 3.841/15 e 1.493/16, respectivamente).

5.28.3. Referente aos Processos nº 770/07, 14.406/07, 14.386/07 e 27.747/10, o Tribunal, por meio das Decisões nº 460/13, 6270/13, 2.448/14 e 159/16, respectivamente, tomou conhecimento da TCE e considerou-as regulares. Portanto, os desfechos alcançados naqueles feitos não devem repercutir nesta TCE.

5.28.4. Relativo aos Processos nº 3.250/09, 7.645/07 e 7.602/07, o Tribunal, por meio das Decisões nº 5.237/14 e 3.014/15, deliberou por encerrar a TCE dos dois primeiros e, mediante a Decisão nº 1.887/15, decidiu por arquivar os autos sem julgamento de mérito do último. Desta forma, o assunto tratado naqueles autos não deve repercutir nesta TCE.

5.28.5. Quanto ao Processo nº 2.115/04, este Tribunal, mediante item III da Decisão nº 5.332/07, citou os responsáveis para que apresentassem defesa ou recolhessem o valor do débito. Por intermédio do item II.2 da Decisão nº 6.199/09, o Tribunal considerou parcialmente procedente as razões de justificativa apresentadas pelos gestores da SEL, isentando-os de recolherem o valor do débito apurado naquela TCE por terem sofrido sanção pecuniária no Processo nº 1.905/04 (Acórdão nº 205/2007).

5.28.6. Relativamente ao Processo nº 28.267/06, o Tribunal, por meio da Decisão nº 967/2007, determinou a audiência dos gestores da SEL, à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



época. Por intermédio da Decisão nº 3.906/08, o Tribunal considerou parcialmente procedente as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis e aplicou-lhes a multa prevista nos incisos II e III do artigo 57 da LC nº 01/94, com fundamento nas ilegalidades apontadas sobre ausência de Plano de Trabalho, ajuste formal e designação de executor. Os Acórdãos nº 128/2010 e 238/2011 deram quitação ao Secretário de Estado, à Diretoria de Apoio Operacional, à época, pelo recolhimento do valor da multa aplicada.

5.28.7. Referente ao Processo nº 16.802/08, o Tribunal, por meio da Decisão nº 2.770/13, determinou a audiência dos responsáveis para que respondessem sobre a inadequação dos custos apresentados para realização do evento e pelo não encaminhamento do respectivo processo à Procuradoria-Geral do DF para emissão de parecer. Naquele feito, o Tribunal, mediante Decisão nº 983/2015, tomou conhecimento das razões de justificativas apresentadas e considerou-as procedente.

5.28.8. Relativo ao Processo nº 27.922/09, o Exmo. Conselheiro-Relator daquele feito verificou que o evento foi realizado a contento, por este motivo, o Tribunal, mediante Decisão nº 2.437/2015, considerou parcialmente procedente as defesas apresentadas, julgando as contas regulares, com a ressalva de que não estão formalmente bem prestadas. O caso narrado não se assemelha ao tratado nos autos. Portanto, não beneficia os recorrentes.

5.28.9. Quanto ao Processo nº 15.815/06, o exmo. Conselheiro-Relator daquele feito, "considerando a notoriedade do histórico de irregularidades em exame, de amplo conhecimento desta Corte, e a não comprovação, nestes autos, de que as condutas atribuídas aos gestores da então Secretaria de Esporte e Lazer do DF, responsáveis aqui citados, tenham sido praticadas com dolo, ou de que tenha havido locupletamento ilícito, e ainda, considerando a necessidade de uniformização de tratamento, em nome da razoabilidade e da proporcionalidade," reconheceu a procedência das defesas apresentadas, com relação aos gestores da SEL. Por seu turno, o Tribunal, por intermédio da Decisão nº 4.041/2014, deliberou por isentá-los



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



da responsabilidade solidária do débito. Cabe acrescentar que não houve o questionamento, naquele feito, das infrações da norma legal de regência. Levando em consideração que os recorrentes foram punidos apenas com multa, sem responderem solidariamente pelos prejuízos identificados, entendemos que este precedente não os socorre no momento.

5.28.10. Com relação ao Processo nº 31.442/2010, este Tribunal adotou solução análoga ao do Processo nº 15.815/06, isentando os gestores da SEL da responsabilidade solidária. Entretanto, este caso, também, não afasta a irregularidade verificada neste feito.

5.28.11. Cabe acrescentar que o justificante deixou de mencionar:

- Processo nº 1.044/03, onde os gestores da secretaria foram responsabilizados pela não comprovação do evento, pela inexistência de supervisão e de acompanhamento, pela ausência de executor técnico e de instrumento legal para regular o repasse, sendo-lhes imputado multa individual com fulcro no artigo 562 da Lei Complementar nº 01/94 (Acórdão nº 263/05); 2 Art. 56. Quando o responsável for julgado em débito, poderá ainda o Tribunal aplicar-lhe multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao Erário.
- Processo nº 1.045/03, onde os gestores da secretaria foram responsabilizados pelo pagamento em data posterior à realização do evento, pela ausência de instrumento próprio de ajuste, pela ausência de nomeação de executor e pelo não envio da prestação de contas para órgão de Controle Interno, sendo apenados com multas previstas no artigo 56 e 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 01/94 (Decisão nº 4.479/07 e Acórdão nº 155/07);
- Processo nº 1.046/03, onde o gestor da secretaria foi responsabilizado por autorizar o pagamento sem antes publicar a ratificação da inexigibilidade, pela ausência de instrumento próprio, pela ausência de nomeação de executor e pelo não envio da prestação de contas ao órgão de Controle Interno, sendo-lhe aplicado multa prevista no artigo 56 da Lei Complementar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



nº 01/94 (Acórdão nº 243/06);

- Processo nº 16.064/06, onde o gestor da secretaria foi apenado com aplicação de multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94 (Acórdão nº 321/2016).*

À vista desse alentado exame a que procedeu a 3ª DICONTE nos precedentes invocados pelos recorrentes e em outros que por eles não foram mencionados, observa-se que este Tribunal, também no caso apreciado nestes autos, orientou-se pelo que estabelece o § 4º do artigo 182 do RI/TCDF, então em vigor. Segundo esse dispositivo, deve ser considerado na aplicação de multa o princípio da homogeneidade, preservando a uniformidade de tratamento nas penalizações motivadas por casos análogos. Tal diretriz regimental foi observada pelo Tribunal ao deliberar na forma do item III, alínea “b”, da Decisão nº 3.710/2016 e do Acórdão nº 505/2016 (fls. 407/408), nos termos dos quais impôs aos recorrentes multa no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

Ademais, este Tribunal sopesou todas as circunstâncias na fixação do valor dessa penalidade, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo estabelecido para a hipótese prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, consoante o disposto no artigo 182, inciso I, do Regimento Interno à época vigente.

Convém assinalar que vários dos processos citados pelos recorrentes no Memorial não se amoldam ao caso tratado nestes autos. E sobre este aspecto afigura-se-me de bom alvitre trazer à colação excerto da Informação nº 277/2015-SECONT/1ª DICONTE (fls. 337/345), elaborada na etapa processual relativa à apreciação das alegações de defesa, *in verbis*:

“17. Os fatos erguidos no presente processo e que deram azo à imputação de responsabilidade aos defendentes, indicados à fl. 203, dizem respeito a falhas formais observadas na fase que antecede a liberação de recursos e, portanto, não seriam suficientes para imputação do débito aos interessados.

18. Todavia, deve-se ressaltar que, no caso específico do presente feito, à semelhança do quanto observado em autos similares, v.g. dos Processos n.º 16.064/2006 e 16.099/2006, dentre outros, a liberação dos recursos financeiros, como se pode concluir a partir das informações constantes das fls. 01 e 14-v do Apenso n.º 220.000.561/2001, deu-se após a realização do evento apoiado.

19. A constatação de que a liberação dos recursos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



não se deu anteriormente aos eventos, entende-se, inviabiliza a aplicação analógica dos precedentes evocados pelos interessados, nesta oportunidade.

20. É que são perceptíveis duas situações completamente distintas nos processos que, nesta Corte, tratam de TCE instauradas em face de irregularidades na transferência de recursos públicos pela extinta SEL às entidades desportivas.

21. Há processos em que os recursos públicos foram transferidos antes da realização dos eventos a que objetivariam apoiar e, nesses casos, sobrelevam ou a insuficiência das prestações de contas ou a sua completa ausência. Nessas hipóteses, entende-se, perfeitamente aplicáveis os precedentes indicados pelos interessados, vez que as falhas de maior relevância e gravidade, nitidamente, se consolidaram durante a fase de execução dos eventos.

22. Diversamente, contudo, é a questão versada no presente feito, vez que a simples leitura do documento que inaugura o apenso, em contraposição ao documento de fl. 14-v, atesta que a liberação dos recursos não antecedeu a realização do evento. 23. Ora, a circunstância de não terem sido refutadas as falhas formais observadas por ocasião da liberação dos recursos, acrescida da falha grave concernente à liberação a posteriori dos repasses financeiros, atenuam toda conclusão tendente a demonstrar a alegada boa-fé na atuação administrativa dos interessados, vez que, no mínimo, resta sinais claros de culpa grave na condução do procedimento que resultou no trespasse de recursos públicos a terceiros."

Destarte, não merece prosperar a pretensão que nutrem os recorrentes de, firmados nos precedentes que trouxeram à colação, ver afastada a penalidade contra a qual se insurgem mediante o recurso *sub examine*.

Caso a Corte decida manter essa penalidade, os recorrentes pleiteiam a unificação de todos os processos que versem sobre transferência de recurso público a federações esportivas e que sejam submetidos a julgamento reunidos e não isoladamente, aplicando-se a multa de uma vez só.

A ilustre Procuradora **MÁRCIA FARIAS** opina contrária a essa pretensão dos recorrentes. Consigna a esse respeito, *in verbis*:

"11. Descabida a pretensão de que seja aplicada



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



multa uma única vez a todos os processos análogos e não isoladamente em cada processo. A despeito de poderem existir processos que tenham por objeto repasses de recursos públicos a entidades diversas, se tratam de casos diversos, com especificidades e particularidades próprias, épocas e exercícios distintos, distinguindo-se os casos concretos uns dos outros."

Assiste razão à ilustre representante do Ministério Público de Contas.

Assim, em linha de convergência com a Unidade Técnica e com o **Ministério Público de Contas**, sou pelo improvimento do recurso manejado pelos Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO** em face do disposto no item III, alínea "b", da Decisão nº 3.710/2016 e do Acórdão nº 505/2016, cujos termos devem ser mantidos íntegros.

Ante o exposto e considerando que a fase processual é apenas de exame de mérito do recurso em referência, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

- I – negue provimento ao recurso interposto pelos Srs. **MARCO AURÉLIO DA COSTA GUEDES** e **AGRÍCIO BRAGA FILHO** em face do disposto no item III, alínea "b", da Decisão nº 3.710/2016 e do Acórdão nº 505/2016, mantendo íntegros todos os seus termos;
- II – dê ciência aos recorrentes do que ora delibera a Corte, encaminhando-lhes cópia da Decisão que vier a ser adotada, juntamente com o Relatório/Voto que a fundamentar, e concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa de que trata o item III, alínea "b", da Decisão nº 3.710/2016 e o Acórdão nº 505/2016; e
- III - autorize o encaminhamento dos autos à Unidade Técnica de origem para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2017.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator